Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Estado de S. Paulo 2
Título: Tempos de eleição 2
Título: Vale é destaque em índice de pagamento de dividendos 3
Título: Fatia de R$ 6 bi da Eletrobras é reservada para interessados em usar o FGTS 4
Título: Como usar o Fundo para comprar ações da estatal 6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo 7
Título: Governo e Congresso fazem ofensiva para anular aumento da conta de luz 7
VEÍCULO: O Globo 11
Título: Lira prepara vários projetos sobre combustíveis e energia 11
Título: Petrobras faz novo alerta ao governo sobre risco de faltar diesel 13
Título: Usina de Santo Antônio pode ser entrave à oferta 16
Título: Teto do ICMS deve parar no Judiciário, dizem especialistas 18

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 28/05/2022

Seção: Artigos

Autor: Adriano Pires

Título: Tempos de eleição

Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

Em tempos de eleição, o País precisa olhar e refletir sobre o novo mapa geopolítico da energia e as mudanças que trazem novos paradigmas de política energética, que virão como consequência da pandemia e da guerra da Ucrânia. Esse novo momento poderia ser traduzido pela seguinte frase: perde espaço na discussão a transição e entram a segurança energética e a alimentar. Nesse sentido, o Brasil precisa entender a sua vantagem comparativa como grande produtor de energia e de alimentos.

Para tanto, deveríamos elaborar uma política para substituição do diesel tanto pelo gás natural como pelo biometano e o biodiesel. Temos um pré-sal caipira de biogás. Para que isso ocorra é fundamental adotar medidas como a criação de corredores azuis, semelhantes aos que existem na Europa, onde só circulam caminhões movidos a gás fóssil e gás verde. Ao invés de falar de carros elétricos, temos de usar nossa vantagem comparativa e estimular o consumo de biocombustíveis. Como grandes produtores de petróleo, deveríamos construir um programa de subsídios permanentes que seria acionado por meio de um trigger, ou gatilho, usando recursos do Tesouro. O correto seria socializar os lucros da Petrobras e as receitas do setor de óleo e gás. Não é justo essas receitas irem na sua integralidade para o Tesouro.

Ainda no campo dos combustíveis, temos de discutir três pontos que trarão preços mais competitivos e atração de investimentos. O primeiro são os impostos. Não podemos tributar combustível como se fossem produtos supérfluos. Segundo, é preciso reduzir a nossa ineficiência logística com a construção de dutos e, terceiro, promover o aumento da concorrência acelerando a privatização das refinarias.

No setor de energia elétrica, a discussão deveria ser centrada em como construir uma matriz diversificada que nos deixasse menos refém da natureza e nos trouxesse mais confiabilidade e custos mais baixos, levando energia de qualidade

para todo o País, afastando apagões e racionamentos. Todas as energias possuem atributos. Muitos não têm essa compressão e pensam que a energia gerada com gás natural compete com as fontes renováveis e outros são míopes e não enxergam a importância de interiorizar o uso do gás, chegando a regiões como o Centro-Oeste e beneficiando o agronegócio.

O fato é que as termoelétricas promovem a redução de custos com o seu despacho na base, reduzindo as incertezas para a operação com a nova matriz renovável. Isso aumenta o controle sobre a água nos reservatórios, liberando as hidrelétricas para realizarem o balanço sistêmico elétrico, para atenderem à intermitência das renováveis e fazerem outros usos da água, principalmente irrigação e saneamento, preservando as nossas bacias hidrográficas.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 28/05/2022

Seção: Economia

Autor: Luíza Lanza E-Investidor

Título: Vale é destaque em índice de pagamento de dividendos

Pelo 2.º ano seguido, mineradora ficou entre as dez maiores empresas globais distribuidoras de lucros no 1.º trimestre

A distribuição de dividendos – parcela dos lucros que as empresas listadas em Bolsa pagam aos acionistas – feita por companhias brasileiras aumentou 7,4% no primeiro trimestre de 2022. O crescimento é sinal de uma continuidade da recuperação no mercado doméstico após a pandemia de covid-19, de acordo com dados da 34.ª edição do Global Dividend Index, da gestora de ativos britânica Janus Henderson.

O relatório dá destaque especial para a Vale, que permaneceu na lista das dez maiores empresas pagadoras de dividendos em todo o mundo no primeiro trimestre – e pelo segundo ano consecutivo (veja a lista ao lado).

A mineradora brasileira conseguiu manter a performance no ranking mesmo tendo sua receita pressionada neste ano por preços mais baixos do minério de ferro em relação ao ano passado. Os dividendos pagos pela Vale saíram de US$ 4 bilhões no primeiro trimestre de 2021 para US$ 3,6 bilhões no mesmo período de 2022. Ainda assim, a empresa continuou na lista, à frente de gigantes internacionais como a Apple.

A Janus Henderson destaca ainda que os resultados positivos no Brasil foram impulsionados pela retomada dos pagamentos aos investidores da Ambev, que distribuiu US$ 1,2 bilhão no trimestre. Isso acabou compensando um corte nos dividendos do Bradesco no começo do ano.

EMERGENTES. A boa performance das empresas brasileiras no índice colaborou para que a distribuição de proventos nos países emergentes aumentasse 45% no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021. No relatório, a gestora atribui parte dos resultados dos emergentes à alta proporção de empresas de mineração e energia dentro desses mercados. Em todo o mundo, os pagamentos de mineração subiram 29,7%, enquanto os dividendos das empresas petrolíferas saltaram 31,8%.

Com os resultados, a Janus Henderson corrigiu as expectativas quanto à remuneração de dividendos no total do ano de 2022 para US$ 1,54 trilhão – um aumento de 1,3% em relação à última previsão, feita há três meses.

Mas os desafios permanecem, segundo Jane Shoemake, gerente de carteira de clientes da gestora. “A economia mundial está atualmente assolada por uma série de desafios – a guerra na Ucrânia, tensões geopolíticas crescentes, altos preços de energia e commodities, inflação rápida e um ambiente de taxas de juros crescentes. A pressão sobre o crescimento econômico afetará os lucros das empresas em vários setores”, afirma no relatório.

Apesar dessas instabilidades, os dividendos globais aumentaram 11% no primeiro trimestre, atingindo US$ 302,5 bilhões, mostra o índice – um recorde para os três primeiros meses do ano, que costumam ser sazonalmente mais tranquilos. Além disso, 94% das empresas do índice aumentaram ou mantiveram estável a remuneração aos acionistas.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo
Data: 28/05/2022
Seção: Economia
Autor: Cynthia Decloedt, Luciana Collet E Wilian Miron
Título: Fatia de R$ 6 bi da Eletrobras é reservada para interessados em usar o FGTS

Como ocorreu na Petrobras e na Vale, a expectativa é de alta demanda pelos papéis, com valor mínimo de R$ 200

Quem tem conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) vai poder participar do processo de privatização da empresa de energia Eletrobras. Dos cerca de R$ 35 bilhões de movimentação previstos para o negócio, R$ 6 bilhões foram reservados para quem tem recursos no fundo. A expectativa é de grande demanda pelos papéis, como ocorreu anteriormente em vendas de ações da Petrobras e na privatização da Vale, que também permitiram uso do FGTS.

A aquisição será feita por meio de fundos chamados FMP-FGTS, que estão sendo colocados à disposição do público por gestoras, a maior parte ligada a bancos. O valor mínimo para as cotas dos fundos que usam o FGTS é de R$ 200,00. Há dois modelos de fundos: usando recursos do FGTS para adquirir as ações da Eletrobras ou migrando posições em ações da Petrobras e Vale, adquiridas também com recursos do FGTS, para a elétrica. A Eletrobras diz que está garantida uma alocação mínima de R$ 5 mil e máxima de R$ 50 mil para esses investidores (leia mais ao lado).

O investidor do varejo poderá ingressar na oferta também por meio da aquisição direta de ações. O valor mínimo de alocação por investidor é de R$ 1 mil, mas as instituições financeiras terão liberdade para aceitar valores abaixo. O período de reservas para o varejo, em ambas modalidades, vai de 3 de junho a 9 de junho.

De acordo com a Eletrobras, os atuais acionistas, empregados e aposentados da empresa têm direito de subscrição antes dos investidores de varejo, que, por sua vez, têm direito de subscrição anterior aos investidores institucionais.

RISCOS. No documento protocolado ontem na CVM, a Eletrobras alerta para alguns riscos desse processo de privatização. Segundo a empresa, mesmo após ter passado pelo crivo do Tribunal de Contas da União (TCU), a empresa considera que o modelo de privatização e outros aspectos do processo, tais como a reestruturação societária e o processo legislativo que resultou na promulgação da Lei de Desestatização da Eletrobras, podem ser contestados, o que poderia levar tribunais, órgãos reguladores brasileiros ou agentes executores da Desestatização – como o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) – a exigir ajustes adicionais à estrutura do processo de privatização.

Na avaliação da empresa, isso poderia impedir ou atrasar a operação. “Da mesma forma, decisões desses tribunais favoráveis à desestatização poderão ser objeto de recursos e questionamentos após a realização da oferta global.”

Conforme a Eletrobras, até este momento, estão em curso 27 processos em tribunal que contestam o modelo do processo de desestatização da Eletrobras.

Entre os processos, há quatro ações diretas de inconstitucionalidade (Adin) tramitando no Supremo Tribunal Federal, seis ações populares tramitando na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outras ações populares, ação civil pública, ação declaratória de nulidade e ação de obrigação de fazer.

QUESTÃO POLÍTICA. A Eletrobras também afirma que a decisão da União de prosseguir com o processo de desestatização pode ser afetada pelas condições de mercado e decisões políticas, o que poderia ter um impacto negativo na oferta global e nos negócios. “Potenciais candidatos à Presidência, assim como outros políticos, estão fazendo campanha contra o processo de desestatização da Eletrobras”, diz a estatal.

Entre os políticos contrários à operação, destaque para o líder nas pesquisas de intenção de voto nas próximas eleições presidenciais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), bem como para o terceiro colocado na disputa, Ciro Gomes (PDT).

Segundo a companhia, “se o processo de desestatização da Eletrobras for concluído, este pode ser contestado pelos partidos da oposição e o governo brasileiro pode recuperar o controle de voto sobre a Companhia”. De fato, no início do ano, representantes do PT chegaram a falar sobre a possibilidade de revisar ou reverter a privatização. Trata-se porém, de uma manobra difícil e cara, tendo em vista as amarras colocadas no processo.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo
Data: 28/05/2022
Seção: Economia
Autor: Lucas Agrela
Título: Como usar o Fundo para comprar ações da estatal

Quanto eu posso aplicar?

Até 50% do valor da conta do FGTS. A compra será por meio de Fundos Mútuos de Privatização ligados ao FGTS (FMP-FGTS), com valor mínimo de R$ 200 e teto de aplicação de R$ 50 mil. Em comparação, os investidores que comprarem ações diretamente terão valor mínimo de R$ 1 mil, com teto de R$ 1 milhão.

Quando eu poderei fazer a reserva de ações? De 3 a 9 de junho.

Como eu faço para comprar as ações?

Os fundos de ações da Eletrobras são constituídos sob a forma de condomínio aberto. Sendo assim, o trabalhador poderá escolher uma administradora de fundo e autorizá-la a consultar o seu saldo e repassar à Caixa a solicitação de pedido de reserva para a compra de ações. O aplicativo do FGTS, da Caixa, oferecerá formas de investir na Eletrobras. No entanto, cada banco e corretora de valores também poderá viabilizar o investimento. É importante consultar a sua instituição financeira.

Pode trocar aplicações anteriores via FGTS?

Sim. Pode investir também quem quer migrar ações de Vale e de Petrobras compradas com dinheiro do FGTS, anos atrás.

Qual é o risco?

O investidor pessoa física, ao usar o recurso do FGTS e aplicá-lo em ações da Eletrobras, passa a fazer investimento em renda variável, e não em renda fixa, como é o caso do Fundo, que tem rentabilidade prefixada. Em ações, o que determina o rendimento é o desempenho do papel, que pode ser positivo ou negativo.

O que eu posso ganhar?

Na visão de Bruce Barbosa, sócio-fundador da casa de análise independente Nord Research, pode ser um bom investimento porque o potencial de valorização dos papéis é maior do que os 3% ao ano pagos de juros por esse saldo. “É um investimento de longo prazo. O investidor não pode se desesperar quando a ação cair e vender”, pondera.

Quando posso vender as ações?

O prazo mínimo para a venda das ações da Eletrobras adquiridas com o dinheiro do FGTS é de 12 meses. Após a venda, o saldo volta para o Fundo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo
Data: 28/05/2022
Seção: Mercado
Autor: Julia Chaib, Idiana Tomazelli e Julio Wiziack
Título: Governo e Congresso fazem ofensiva para anular aumento da conta de luz

Medidas buscam neutralizar reajustes autorizados pela Aneel e conceder subsídio a caminhoneiros

O governo Jair Bolsonaro (PL) e a cúpula do Congresso preparam uma nova ofensiva para reduzir os reajustes na conta de luz e os preços de combustíveis amenos de cinco meses das eleições.

Articuladores estimam que o pacote de medidas possa causar uma redução aproximada de 20% nas contas de luz e praticamente neutralizar os reajustes previstos para 2022 —alguns superiores a 20%.

As negociações são intensificadas no momento em que a desvantagem de Bolsonaro se amplia nas pesquisas em relação a Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Novo levantamento do Datafolha mostra o ex-presidente com 54% dos votos válidos, o suficiente para que ele fosse vitorioso no 1° turno se a eleição fosse hoje.

Parlamentares aliados ao governo estão empenhados nas articulações porque buscam a reeleição para seus respectivos cargos neste ano e estão preocupados com o tamanho dos aumentos nas tarifas de energia, item que sobrecarrega o bolso sobretudo de consumidores de baixa renda.

A lista de propostas inclui medidas para injetar recursos na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que banca subsídios e descontos nas contas de luz.

Em uma das frentes, governo e Congresso pressionam a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a incluir no orçamento da CDE uma receita de R$ 5 bilhões que virá da capitalização da Eletrobras.

A verba pode proporcionar uma redução de 2,3% nas tarifas, mas não foi prevista pela agência reguladora devido às incertezas que cercavam o processo de privatização da companhia —que ainda precisava passar pelo crivo do TCU (Tribunal de Contas da União).

Com a aprovação final do modelo pela corte de contas, o que inclui a destinação de R$ 5bilhões à CDE ainda neste ano, há uma articulação nos bastidores para que a agência contabilize logo o recurso. Isso permitiria uma revisão tarifária extraordinária a todos os consumidores.

O MME (Ministério de Minas e Energia) enviou em 23 de maio um ofício à Aneel informando que o aporte na CDE deve ser feito até o fim de julho. Na prática,

segundo fontes do governo, o documento serve para que a agência reguladora acelere os trâmites e conceda logo o desconto na tarifa.

Em uma primeira sinalização, a Aneel prorrogou por 15 dias as tarifas praticadas atualmente pela Cemig, que atende a 8,8 milhões de unidades consumidoras em Minas Gerais. “Concordamos em prorrogar o reajuste tarifário de forma que os R$ 5 bilhões que estão assegurados com o processo de capitalização [da Eletrobras] já tragam atenuação tarifária não apenas para os consumidores de Minas Gerais, mas também de outras unidades da Federação”, disse o relator do processo, Sandoval Feitosa, diretor da Aneel.

De olho no médio a longo prazo, governo e Congresso também querem incluir no projeto de lei 414/2021, que trata do novo marco legal do setor elétrico, uma autorização para a renovação antecipada de contratos de concessão de um conjunto de hidrelétricas da União não operadas pela Eletrobras.

A repactuação desses contratos geraria novo pagamento de outorga —valor repassado pelas empresas ao Estado em troca do direito de explorar determinado ativo público.

Em geral, os valores de outorga são destinados ao caixa da União. Mas a ideia do governo é abrir mão de parte dos recursos, que seriam usados para abater tarifas de energia.

Integrantes do governo ouvidos pela Folha citam uma fatia de 50% para a CDE, o que resultaria em uma injeção de até R$ 10 bilhões na conta que banca os descontos na energia. A redução média nas tarifas é estimada em 5%.

A proposta já foi discutida pelo Ministério da Economia, pelo novo **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**, e por integrantes do Congresso. No entanto, essa é uma medida mais de médio prazo: seu processamento se daria cerca de 210 dias após a sanção do texto.

Outro problema é que uma ala de deputados quer incluir no texto o Brasduto, fundo para subsidiar a expansão de uma rede de gasodutos para atender usinas termelétricas. O governo resiste, devido ao custo bilionário, mas congressistas dizem que vão travar a votação do texto caso isso não seja incluído.

Há ainda negociações para proibir a cobrança de ICMS sobre o valor das bandeiras tarifárias, adicional que eleva a conta de luz em momentos de maior custo de geração de energia (quando há escassez em reservatórios, por exemplo).

O governo e o Congresso também articulam a votação de um projeto de lei que devolve aos consumidores uma fatura de R$ 60 bilhões em créditos de PIS/Cofins, constituídos após o STF (Supremo Tribunal Federal) determinar a retirada do ICMS da base de cálculo do tributo federal.

Segundo estimativas do governo, a medida pode, sozinha, gerar uma redução média de 5,2% nas tarifas.

Como mostrou a Folha, esse benefício hoje é disputado pelas distribuidoras, que querem se apropriar de uma parcela desses créditos tributários.

Em 2017, a corte decidiu que a cobrança de PIS/Cofins sobre o imposto estadual estava errada, e a União teve que ressarcir empresas em dezenas de bilhões. No caso da energia, no entanto, o tributo sempre recaiu sobre o consumidor, por meio das tarifas.

Com base nesse argumento, o projeto determina a destinação integral dos valores restituídos para o abatimento da conta de luz dos usuários.

A expectativa é que o texto resulte em uma absorção imediata desse benefício. A medida, no entanto, deve enfrentar resistência das distribuidoras, que não só querem ficar com uma parte dos recursos mas também podem enfrentar dificuldades de caixa se todos os créditos virarem desconto de uma vez.

A discussão da votação desses projetos vem na esteira da aprovação, pela Câmara, de um teto de cobrança de ICMS sobre a energia. A proposta ainda precisa do aval do Senado, mas teria o efeito de reduzir as tarifas em 6,6%, segundo estimativas internas do governo.

Em outra frente, o governo também quer atacar a alta no preço dos combustíveis, que continua sendo um empecilho às pretensões eleitorais de Bolsonaro.

Por isso, o Ministério da Economia e a cúpula da Câmara discutem a criação de um subsídio para caminhoneiros, que pode ocorrer por meio da entrega de um vale para integrantes da categoria.

Outra ideia, defendida pelo novo indicado à presidência da Petrobras, Caio Mario Paes de Andrade, é dar transparência e publicidade ao cálculo da estatal que define o preço dos combustíveis.

A proposta é aprovar um projeto de autoria do líder do PT, Reginaldo Lopes (MG), que torna obrigatória a divulgação dos preços e custos da estatal na venda de

derivados de petróleo. A oposição pediu a votação do texto como contrapartida à aprovação do projeto que fixou um teto para o ICMS sobre combustíveis.

"É obrigatória a divulgação dos valores referentes aos componentes que influenciem os preços dos derivados de petróleo vendidos no país pela Petrobras", diz o projeto de Lopes.

A avaliação de governistas é que dar transparência à conta da estatal pode servir de munição ao presidente Jair Bolsonaro em seus discursos. A aposta desses aliados é que ficará claro que a empresa cobra preços exagerados e se beneficia da conta.

Colaborou Fábio Pupo

VEÍCULO: O Globo
Data: 28/05/2022
Seção: Economia
Autor: Fernanda Trisotto
Título: Lira prepara vários projetos sobre combustíveis e energia

Medidas vão de subsídios para caminhoneiros e motoristas de apps à isenção de impostos sobre a bandeira tarifária. Objetivo é conter inflação em ano eleitoral

Depois de centrar fogo em projetos que criam um teto do ICMS para combustíveis, energia, telecom e transporte, e de tentar adiar o reajuste de energia para 2023, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou novas metas em projetos que visam alívio na inflação neste ano eleitoral. São estes subsídios para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativos, isenção de impostos sobre a bandeira tarifária e articulação para que recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), decorrente da privatização da Eletrobras, e devoluções tributárias para distribuidoras sejam revertidos em descontos na conta de luz.

Essa iniciativa tem total apoio do Palácio do Planalto, que busca medidas econômicas para tentar melhorar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro.

— O Congresso tem cobrado do ministro (da Economia) Paulo Guedes subsídio direto para o óleo diesel para os caminhoneiros, para os taxistas, para o Uber. Subsídio direto para essa questão específica. Pode ser direto para as categorias,

direto para o que causa inflação: pega o transporte de carga no Brasil e transportes coletivos, taxistas e Uber — afirmou Lira ontem, em entrevista à Rádio Bandeirantes.

Teoricamente contrária a subsídios, parte da equipe econômica já deixou de torcer o nariz a essas medidas. Segundo alguns integrantes do Ministério da Economia, essa solução seria "menos pior" que uma interferência direta no preço dos combustíveis, algo que também agrada a ala política do governo e grande parte dos congressistas, inclusive da oposição.

Lira argumenta que o subsídio precisa ser focalizado porque, em razão do teto de gastos e da responsabilidade fiscal, é inviável conceder descontos lineares para todos. Ele também diz que a concessão do benefício não deve ser tratada como uma questão eleitoreira, na hipótese de haver questionamentos sobre Bolsonaro, o que poderia torná-lo inelegível.

— O mundo está em estado de exceção, e o Brasil não está se permitindo fazer isso por causa dessa polarização política, que invade essa discussão de maneira rasteira. Nós temos, também, neste momento, de nos libertarmos dessa discussão e agir pensando na população — afirmou.

'RESULTADO VAI SER PRAGMÁTICO'

Alinhado com o discurso econômico de Bolsonaro, que tenta a reeleição, Lira defende que essa é uma forma de conter a inflação, ainda que esta seja um problema mundial. Nesse sentido, ele citou a aprovação, pela Câmara, do projeto que estabelece um teto para a cobrança de ICMS sobre energia, combustíveis, telecomunicações e transporte coletivo, que pode, segundo os defensores da proposta, baixar as contas em até 13%, em troca de uma redução no caixa dos estados de até R$ 83,5 bilhões. O projeto começa a ser debatido no Senado na segunda-feira.

— Em todos os projetos que baterem no plenário da Câmara dos Deputados nesse sentido, eu não tenho dúvida: o discurso político vai haver, mas o resultado vai ser pragmático a favor de reduzir a conta de luz, de reduzir o combustível — disse Lira.

A ofensiva da Câmara contra a alta na conta de luz contou com uma reunião entre

líderes partidários e integrantes do governo, como o **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**, e representantes da Casa Civil e da Secretaria de Governo.

— Vemos um prazo rápido para contestar o aumento da energia, respeitando os contratos, mas contestar o aumento de energia, e vamos discutindo, inclusive com um projeto de lei para cancelar o aumento. Mas chegaram aqui alternativas legislativas. Nós já fizemos essa do PLP18 (do teto para o ICMS), que diminuirá em 13% o aumento, e temos mais duas que refletirão aí em menos 5,2% e 2,3% (na conta). Com isso, vamos praticamente zerar o aumento que foi dado — defendeu.

VEÍCULO: O Globo
Data: 28/05/2022
Seção: Economia
Autor: Bruno Rosa, Eliane Oliveira, Carolina Nalin Fernanda Trisotto
Título: Petrobras faz novo alerta ao governo sobre risco de faltar diesel

Minas e Energia afirma, em nota, que estoques são suficientes para 38 dias. ANP diz que está atuando 'diligentemente'

A Petrobras já vinha alertando a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Ministro das Minas e Energia (MME) há dois meses sobre o risco de faltar diesel no Brasil. Como não obteve resposta, disse uma fonte, a estatal decidiu enviar, esta semana, ofícios tanto para a ANP como para o MME.

No documento, ao qual o GLOBO teve acesso, datado da última quarta-feira, a estatal afirma que "há elevado risco de desabastecimento de diesel no mercado brasileiro no segundo semestre de 2022". Segundo uma fonte do setor, o ofício foi a forma de exigir um posicionamento sobre o tema.

Em nota, o MME informou que os estoques de óleo diesel, tanto o nacional como o importado, são suficientes para abastecer o país por 38 dias, caso não entre mais nada. Mas não explicou se esse volume é preocupante.

Na nota, o ministério reconhece ter recebido um alerta da Petrobras sobre risco de desabastecimento. E lembrou que em março criou o "Comitê Setorial de Monitoramento do Suprimento Nacional de Combustíveis e Biocombustíveis", formado por ANP, EPE e associações representativas e agentes do setor.

A ANP também soltou um comunicado, no qual afirma atuar "diligentemente para se antecipar a riscos ao abastecimento nacional com óleo diesel, que, neste momento, acontece com regularidade."

PROBLEMAS NO 2° SEMESTRE

Antes de sua demissão da presidência da Petrobras ser anunciada, José Mauro Coelho havia apresentado ao MME documento em que alertava para a possibilidade de falta do combustível no auge da safra de soja, se não houvesse sinalização clara de que os preços cobrados pela empresa seguirão os do mercado internacional.

No ofício, a estatal lembra que a guerra na Ucrânia afetou globalmente o fornecimento do diesel, cujos estoques estão no menor nível na Europa e Ásia. "A Petrobras manifesta a sua preocupação e propõe ao MME e ANP que, no uso de suas atribuições e competências, avaliem ações estruturadas visando à segurança do abastecimento nacional de óleo diesel no segundo semestre de 2022."

Uma fonte da alta administração da empresa lembrou ainda que a estratégia do governo é deixar o tema em segundo plano, já que se optou por mudar o comando da estatal de forma a evitar novas altas, estimulando a importação por outras empresas.

A estatal também cita o risco de problemas nas refinarias do Golfo do México, por causa da temporada de furacões. E no Brasil haverá paradas programadas nas refinarias no segundo semestre, o que impedirá o aumento da produção local.

DEFASAGEM DE PREÇOS

O presidente executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sergio Araújo, ressalta que, como os preços da Petrobras estão abaixo dos praticados no exterior, os importadores enfrentam dificuldade para comprar e revender:

— Como essa defasagem é consistente, as importadoras pararam de comprar. Em 2022, das mais de 200 empresas autorizadas a importar, somente 5

operaram. Considerando que no segundo semestre existe forte tendência de maior demanda mundial, há risco de desabastecimento.

Por valores de ontem, a defasagem média da gasolina está em R$ 0,26 por litro (6%), e a do diesel, em R$ 0,19 (4%).

— Se a gente tem uma defasagem elevada por um tempo muito elevado, é natural que as operações de importação pelos agentes privados cessem. Ninguém vai importar e vender por um preço mais baixo do que compra — diz Araújo.

Ele considera elevada a probabilidade de escassez, pois será difícil comprar diesel no exterior. Há ainda a questão do prazo. Se antes as importações vinham principalmente dos EUA, com prazo de 30 a 45 dias, agora é preciso buscar diesel na Índia e nos países árabes, o que leva em torno de 60 dias.

Araújo sugere que a Petrobras e outras produtoras informem a expectativa de entrega de diesel por polo de suprimento até o fim do ano:

— Se informar para as distribuidoras, elas vão poder identificar qual o volume complementar necessário e buscar fornecedores alternativos, independentemente do preço.

LIRA SUGERE VENDA DE AÇÕES

Enquanto se discute o risco de desabastecimento, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defende que o governo se desfaça de parte de suas ações da Petrobras para deixar de ser o acionista majoritário. Segundo ele, seria uma alternativa à privatização. Especialistas, porém, ressaltam que isso exige um projeto de lei, como ocorreu com a Eletrobras.

— O governo pode ter um projeto de lei ou, numa discussão mais rápida, vender as ações que tem no BNDES, em torno de 14%, e deixaria de ser majoritário. Tiraria das suas costas essa responsabilidade da falta de sensibilidade da Petrobras (em relação ao preço dos combustíveis) — disse Lira ontem à Rádio Bandeirantes.

Mas Gilberto Gomes, sócio do escritório Piquet, Magaldi e Guedes Advogados,

diz que esse processo não é rápido:

— A “privatização” por perda de controle segue os mesmos procedimentos de uma eventual venda para novo controlador, com necessidade de aprovação de lei pelo Congresso e análise do Tribunal de Contas da União — disse, lembrando que, no caso da Eletrobras, passaram-se dez meses.

VEÍCULO: O Globo
Data: 28/05/2022
Seção: Economia
Autor: Bruno Rosa E Vitor Da Costa
Título: Usina de Santo Antônio pode ser entrave à oferta

Subsidiária da Eletrobras tem até dia 6 para resolver imbróglio em torno da injeção de recursos na hidrelétrica, sob risco de cancelamento da operação. Para analistas, ‘risco Furnas’ demanda atenção, mas não reduz interesse

Enquanto o governo corre contra o tempo para viabilizar a privatização da Eletrobras em junho, a companhia também enfrenta um cronograma apertado para resolver um imbróglio envolvendo sua subsidiária, Furnas, e a Hidrelétrica de Santo Antônio. O prospecto da oferta dá prazo até 6 de junho para que a situação seja resolvida, sob risco de cancelamento da operação. Ontem, a Eletrobras republicou seu balanço financeiro do primeiro trimestre para incluir o parecer de um auditor independente que enfatiza as incertezas decorrentes da decisão de Furnas.

No prospecto da operação divulgado ontem, a Eletrobras já alertava os investidores para os riscos de “obrigações financeiras de Furnas”. Uma destas obrigações diz respeito a um aporte bilionário que a empresa deve fazer na operadora da Hidrelétrica de Santo Antônio. No fim de semana, Furnas publicou um edital de convocação para assembleia de debenturistas (detentores de títulos de dívida) para a próxima segunda-feira, com o objetivo de obter aval para o aporte.

Os sócios da Madeira Energia (Mesa), controladora da hidrelétrica, aprovaram por unanimidade um aumento de capital de até R$ 1,58 bilhão para quitar o pagamento de uma sentença arbitral — ainda sem decisão final. O processo envolve o consórcio construtor da usina e trata da cobrança de ressarcimento por

despesas geradas pelo atraso na entrega do empreendimento.

REDUÇÃO DE RISCOS

Furnas detém 43% do capital da Mesa e poderá ser a única entre os sócios a fazer o aporte — os demais são Caixa, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Cemig. Se isso ocorrer, a empresa se tornará a controladora da usina. No prospecto da oferta, a Eletrobras diz que a previsão é que Furnas passe a deter até 72,36% do capital votante e total da Mesa.

Se a questão não for devidamente equacionada, poderia desencadear o vencimento de dívidas e obrigações. Para os investidores, a questão da usina será acompanhada com atenção, mas não reduz o interesse na privatização.

— Não chega a afastar os investidores, mas é relevante. A Eletrobras tem dívida de aproximadamente R$ 20 bilhões. Fora o aporte, ela passaria a ter o controle da Hidrelétrica de Santo Antônio e a consolidar esse ativo no balanço. A usina tem dívida na casa de R$ 19 bilhões. A Eletrobras estaria dobrando sua dívida — afirmou Ilan Arbetman, analista de research da Ativa Investimentos, que faz a ressalva: — A Eletrobras concentra 28% da capacidade instalada de geração do país e 40% das linhas de transmissão. A capitalização pode contribuir para que, daqui para frente, a empresa possa ter mais competitividade nas suas atribuições.

Na avaliação de Giuliano Ajeje, analista do UBS BB, os interessados na privatização da Eletrobras tiveram tempo de analisar os números da empresa.

— Quem vai comprar ações vão ser investidores com uma visão de mais longo prazo, que entendem que a Eletrobras vai ter uma previsibilidade. Do jeito que está, pelo lado do estrangeiro, a operação será focada em investidores específicos, que conhecem o Brasil e investem em infraestrutura por aqui.

Ontem, os papéis ordinários da Eletrobras (com voto) cederam 1,23%, a R$ 43,46, e os preferenciais (sem voto) subiram 0,59%, a R$ 42,76. No ano, porém, as ações com voto acumulam alta de 32,52% e as sem voto, de 34,64%. No exterior, ontem, as ADRS (recibo de ações) subiram 1,59%.

— Os papéis subiram muito no ano. É normal que quem já estava alocado no papel desde o início do ano coloque no bolso e espere para comprar com algum

desconto na data da precificação — disse o chefe da equipe de research da Eleven, Carlos Daltozo.

Segundo Ajeje, a privatização dará novo fôlego ao papel, destacando que o preço-alvo da ação está em R$ 70, muito acima do patamar atual do papel.

— O processo de privatização tem um benefício imediato que é uma redução de riscos da companhia. Você vai encontrar valor na Eletrobras pelo ganho de eficiência e da melhor gestão do balanço da companhia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/05/2022

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira E Marcelo Mota

Título: Teto do ICMS deve parar no Judiciário, dizem especialistas

Tributaristas veem paralelo com a Lei Kandir e avaliam que decisão final sobre o tema acabará nas mãos do Supremo

Diante da iminente derrota dos estados na esfera política, especialistas ouvidos pelo GLOBO acreditam que os governos estaduais vão recorrer à Justiça contra a fixação de um teto de 17% para o ICMS sobre energia elétrica, telecomunicações, combustíveis e gás natural. O texto foi aprovado por uma ampla maioria na Câmara na quarta-feira e não deve haver dificuldade de passar pelo Senado, segundo indicou o próprio presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que classificou a medida de "inteligente".

O ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel ressalta que o artigo 155 da Constituição determina que combustíveis e lubrificantes devem ter uma alíquota única, monofásica e ad rem (cobrada sobre a quantidade produzida). A questão é que cada estado pode dar o desconto que quiser.

— Há uma carência de liderança em política tributária no país — critica Maciel.

Fernando Scaff, professor titular de Direito Financeiro da USP, também vê risco de judicialização caso o projeto seja aprovado no Senado. Ele ressaltou que, se por um lado a medida fere a autonomia dos estados, por outro, as empresas brasileiras estão preocupadas com a escalada de preços.

— Os lados, União e estados, não se entendem, e quem vai ter de decidir é o Supremo. Uma lástima — afirma Scaff, que também é sócio do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Bentes, Lobato & Scaff Advogados.

Para a advogada tributarista Ana Vogado, sócia do escritório Malta Advogados, o projeto de lei causou insatisfações de todos os lados.

— Essa situação se assemelha ao que aconteceu com a Lei Kandir, editada em 1996, que dispunha que a União compensasse os estados pelo ICMS não arrecadado com a desoneração das exportações — compara a tributarista.

Carlos Eduardo Navarro, professor da pós-graduação em Direito Tributário da Escola de Direito de São Paulo e sócio de Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, lembra que a Lei Kandir gerou disputas entre União e estados. As decisões tomadas, no entanto, foram construídas com diálogo e saídas consensuais.

SP PREVÊ PERDAS DE ATÉ R$ 8,6 BI

Em São Paulo, a perda de arrecadação com os termos propostos no projeto deve girar em torno de R$ 8,6 bilhões por ano, nas contas da Secretaria de Fazenda do estado. Para o secretário Felipe Salto, dificilmente esse dinheiro retorna, se depender do sistema de créditos proposto no projeto:

— Vai virar uma nova Lei Kandir.

Salto espera que o Senado derrube o projeto, senão haverá judicialização.

O secretário diz que sequer está claro se, para os estados, os créditos serão abatidos da dívida com a União. Ele avalia que o efeito da medida proposta pelo governo federal não fará diferença no preço dos combustíveis.

Sobre a gasolina, nas contas da Fazenda paulista, o teto do ICMS pode gerar queda de R$ 0,10 a R$ 0,12 no preço na bomba. Valor que, estima ele, será corroído rapidamente com a elevação dos preços internacionais.

Sócio da Lippert Advogados e presidente do Instituto de Estudos Tributários e da

Comissão Especial de Direito Tributário da OAB/RS, Rafael Korff Wagner lembra que o STF indicou que energia elétrica e telecomunicações são serviços essenciais. Ele avalia que os combustíveis podem seguir o mesmo caminho.

CAPAS DE JORNAIS

O ESTADO DE S. PAULO

Sábado
estadão.com.br

Fim de semana

E&N _B4
ESG cria cargos no alto escalão
Profissionais têm novas demandas

C2 _C3
Frango assado tem releituras e novidades
Chefs servem prato com seu toque pessoal

Liga dos Campeões _A27
Duelo final
Real Madrid de Vini Jr. pega hoje o Liverpool de Alisson

E&N Privatização _B1 e B2

Oferta de ações da Eletrobras pode movimentar R$ 35 bi

Investidores com FGTS terão fatia de R$ 6 bi

Em mais um passo para deixar de ser estatal, a Eletrobras oficializou pedido, no Brasil e nos EUA, para uma oferta de ações que pode chegar a R$ 35 bilhões. Também foi definido que, desse total, uma fatia de R$ 6 bilhões será reservada a quem quiser usar o FGTS para participar do processo. A União, hoje acionista majoritária da Eletrobras, ficaria fora. Com isso, sua participação cairia dos atuais 72% para cerca de 45%, e a empresa passaria a ter o controle pulverizado, sem dono definido. Esses valores podem mudar, dependendo da demanda pelos papéis. A definição do preço está prevista para 9 de junho. Ontem, a ação da Eletrobras fechou a R$ 43,46.

E&N Orçamento federal _B4
Corte de R$ 14 bi deve atingir mais Educação, Ciência e Saúde
Bloqueio em recursos de ministérios será feito para viabilizar plano de concessão de reajuste de 5% para o funcionalismo.

Centro de São Paulo _A24
Na véspera da Virada Cultural, polícia faz investida na Cracolândia
Pelo menos seis traficantes foram presos. Operação contou com apoio de veículo blindado da Polícia Civil.

Segurança pública _A22
Polícia Rodoviária cresce nas ações anticrime; mortes levantam discussão
Casos da Vila Cruzeiro e de homem asfixiado em viatura fazem especialistas questionarem validade das ações.

Após alta de casos de covid _A26
Ministério da Saúde recomenda 3ª dose de vacina a adolescente

Colômbia elege presidente _A18
Violência política dobra em eleição polarizada

Notas e Informações _A3
Selvageria institucional

João Gabriel de Lima _A10
O recado da arte para a política

Fareed Zakaria _A20
Em Davos, um sinal de esperança para o mundo

BEM-ESTAR Sociedade D4 e D5
Cercados de carinho e compreensão
Grupos de apoio reúnem pessoas em dificuldade similar para trocar experiência, oferecer acolhimento e romper tabus

Edição de hoje 4 CADERNOS - 72 páginas

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.023 SÁBADO, 28 DE MAIO DE 2022 R$ 5,00

Planalto e Congresso tentam anular alta da energia

O governo Jair Bolsonaro (PL) e a cúpula do Parlamento intensificaram negociações para tentar neutralizar reajustes na conta de luz e combustíveis, em meio à estagnação do presidente nas pesquisas. Somadas, dizem articuladores, as propostas podem reduzir em 20% a tarifa. Entre elas, a antecipação da renovação de concessões e subsídios a caminhoneiros. Mercado A21 e A23

Governo cortará R$ 13 bi para reajuste a servidores

O Ministério da Economia elevou de R$ 8,2 bi a R$ 13,5 bi o corte no Orçamento para garantir reajuste a servidores federais. Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia serão as pastas mais atingidas. A26

Rafael Cautela/Folhapress

CRESCE BUSCA POR CASAS À BEIRA-RIO

Pequenas cidades do interior, como Rifaina (464 km de São Paulo), às margens do rio Grande, veem expansão de imóveis de luxo com aumento da procura de jovens Mercado A35

Confiança na urna cai a 73% em meio a ataque bolsonarista

Índice era de 82% em março, segundo Datafolha; fatia dos que dizem duvidar do voto eletrônico vai de 17% para 24%

A confiança do brasileiro nas urnas eletrônicas ainda é alta, mas caiu desde março, segundo o Datafolha. No total, 73% responderam ter segurança quanto ao sistema usado nas eleições, ante 82% na pesquisa anterior.

Nesse grupo majoritário, 42% disseram confiar muito no mecanismo; 31% afirmaram confiar um pouco.

A parcela dos que declararam não confiar no voto digital subiu de 17%, há dois meses, para 24%. Outros 2% não souberam responder.

O instituto ouviu 2.556 pessoas em 181 cidades de todo o país na quarta (25) e quinta (26). A margem de erro é de dois pontos, para mais ou para menos.

Em uso e sem registro de fraude desde 1996, a urna eletrônica tem sido alvo de reiterados ataques de Jair Bolsonaro (PL). O presidente, no entanto, nunca apresentou nenhuma comprovação de irregularidade. Na quinta, ele se esquivou ao ser questionado sobre aceitar o resultado do pleito.

As insinuações de Bolsonaro são endossadas de alguma maneira por 55% da população. Para 34%, há muita chance de haver fraude nesta eleição, e 21% responderam existir um pouco de chance. Política A4 e A6

ANÁLISE

Anna V. Balloussier

Evangélico ainda pode ser o copo meio cheio para Bolsonaro

Política A8

Danilo Verpa/Folhapress

POLÍCIA CIVIL FAZ NOVA OPERAÇÃO NA CRACOLÂNDIA; AO MENOS SEIS FORAM PRESOS E UM ADOLESCENTE, APREENDIDO

Atirador presta apoio a agentes de dentro de blindado do GER (Grupo Especial de Reação); é a segunda ação após a que expulsou dependentes da praça Princesa Isabel, no dia 11 Cotidiano B1

PRF agrediu vítima de SE por meia hora, dizem moradores

Testemunhas afirmam que Genivaldo de Jesus Santos foi agredido pela Polícia Rodoviária Federal por meia hora, na quarta, em Umbaúba (SE). Já imobilizado, ele teria recebido chutes e spray de pimenta nos olhos antes de ser posto na viatura. Cotidiano B2

Ilustrada C1
Livros discutem o que há de ridículo e distópico no mundo criado pelas big techs

Folhinha C8
'A Revolução dos Bichos', de George Orwell, ganha edições para crianças

Esporte B11
Criado para ser craque, Rodrygo chega a sua primeira final de Champions

seminários folha
são paulo 2030 - 2ª edição
Debatedores falam de desafios e futuro de São Paulo B6 a B8

EDITORIAIS A2

Embate federativo
Acerca de texto que limita o ICMS para baixar preços.

Truculência e inépcia
Sobre morte em ação da Polícia Rodoviária Federal.

Argentina confirma 1º caso de varíola dos macacos na AL

A Argentina confirmou ontem o primeiro caso de varíola dos macacos registrado na América Latina. Segundo a imprensa local, trata-se de um homem de 40 anos que havia voltado da Espanha.

Mesmo sem casos no Brasil, a disseminação da doença na Europa tem levado a uma procura por vacina. Nem a rede privada nem o SUS oferecem, porém, imunizante desse vírus. Saúde B4

ANÁLISE *Atila Iamarino*

Surto local precisa ter reação global

Como o fim da varíola humana nos anos 70, acabamos com a sua vacina. A imunização poderia ter ajudado a conter o vírus dos macacos.

Repetimos o erro de não tratar um surto local como problema global. Quanto antes agirmos, menos chances damos aos vírus. B4

Violência na Colômbia vira sombra na eleição

Após viver período de relativa calma, a Colômbia volta a ver aumento da taxa de homicídios. Há 290 municípios sob risco de episódios de violência durante o primeiro turno da eleição presidencial, que ocorre amanhã. A15

ATMOSFERA

São Paulo hoje

27° 14°

	hoje	Amanhã
Rio	16 31	17 33
Brasília	14 28	14 28
Ribeirão	14 29	13 30

ISSN 1414-5723 34023 9 771414 572070

Champions: Liverpool, de Salah, e Real, de Benzema, decidem hoje a competição PÁGINA 42

Libertadores: Fla vai pegar colombiano nas oitavas PÁGINA 40

O GLOBO

ISSN 2176-5139

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) *Roberto Marinho*

RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 28 DE MAIO DE 2022 ANO XCVII - Nº 32.436 • PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R$ 5,00

CAPA PUBLICITÁRIA

VINHOS DE PORTUGAL 2022

UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA QUE VOCÊ NÃO PODE PERDER

PROVAS GUIADAS VINHOS DE PORTUGAL

AS PROVAS SÃO ELABORADAS POR UM TIME DE CRÍTICOS DE ALTA CATEGORIA COMO A SOMMELIÈRE CECILIA ALDAZ E O MASTER OF WINE DIRCEU VIANNA JUNIOR. SÃO SESSÕES DE UMA HORA E CADA UMA ABORDA UM TEMA DIFERENTE, COM ATÉ SEIS VINHOS À PROVA. **NÃO PERCA ESTA OPORTUNIDADE.**

SALA DE PROVAS

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

- **SALÃO DE DEGUSTAÇÃO** - SESSÕES DE 2H COM RÓTULOS DE 81 PRODUTORES.
- **PROVAS GUIADAS** - SESSÕES DE 1H COM UM GRANDE TIME DE CRÍTICOS, COMO A SOMMELIÈRE CECILIA ALDAZ E O MASTER OF WINE DIRCEU VIANNA JUNIOR.
- **TALK SHOWS** COM CHEFS, ARTISTAS, APRESENTADORES, JORNALISTAS BRASILEIROS E PRODUTORES PORTUGUESES.
- **FESTIVAL EA LIVE** - PELA PRIMEIRA VEZ UM FESTIVAL DE MÚSICA DENTRO DO VINHOS DE PORTUGAL.
  - 3 JUN. **DIOGO NOGUEIRA** | 20H30
  - 4 JUN. **TIAGO NACARATO** CONVIDA FRAN | 20H30
  - 5 JUN. **ANAVITÓRIA** | 20H30

3 A 5 JUN
JOCKEY CLUB BRASILEIRO
PRAÇA SANTOS DUMONT, 31 - GÁVEA

Acesse e garanta seu ingresso:
vinhosdeportugal2022.com.br
/vinhosdeportugal @vinhosdeportugalbr_

PARCERIA

Vinhos de portugal

REALIZAÇÃO

O GLOBO · Público · Valor Econômico

PARTICIPAÇÃO

APOIO

VINHOS DO ALENTEJO · DÃO · VINHOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL · Vinhos de LISBOA · EALIVE · MOZAK · SIMCAUTO

APOIO INSTITUCIONAL · LOCAL OFICIAL · LOJA OFICIAL · RÁDIO OFICIAL · CURADORIA

HOUSE of WINE · CBN

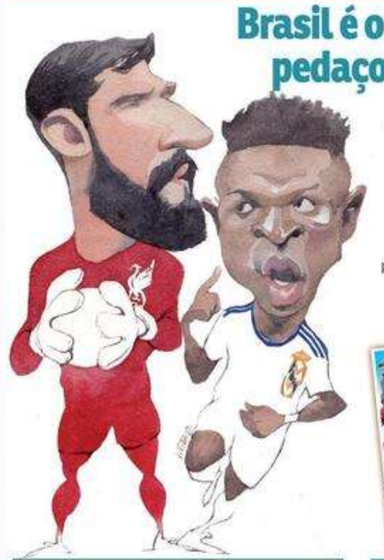
VerCapas.com.br

www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SÁBADO, 28 DE MAIO DE 2022 NÚMERO 21.621 • 30 PÁGINAS • R$ 3,00

Brasil é o dono do pedaço na final



Alisson e Vinicius Junior fecham a série sobre os representantes do país na decisão da Liga dos Campeões entre Liverpool e Real Madrid, hoje, às 16h, na França. Página especial apresenta os protagonistas, estatísticas e curiosidades da final. Elencos estão avaliados em R$ 8,5 bilhões.

Os rivais brasileiros na "Liberta"

Athletico-PR x Libertad	Cerro Porteño x Palmeiras
Fortaleza x Estudiantes	Tolima x Flamengo
Emelec x Atlético-MG	Corinthians x Boca Juniors

Marcos Paulo Lima

Como o islamismo ajudou Salah e Benzema a serem ídolos de duas "religiões".

PÁGINAS 10, 19 E 20

Felipe Rau/Estadão Conteúdo

Repúdio à barbárie

Truculência de policiais rodoviários federais na morte de Genivaldo Santos, em Sergipe, expõe graves falhas na formação de agentes de segurança. Especialistas apontam eliminação gradual do ensino de direitos humanos. PÁGINA 6

Governo separa mais recursos para o reajuste dos servidores

Para garantir a correção linear de 5% prometida a todo o funcionalismo, a saída encontrada pela equipe econômica foi ampliar o bloqueio de verbas do Orçamento, que passará de R$ 8,2 bilhões para R$ 14,5 bilhões. As áreas mais atingidas pela medida serão Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia. Os detalhes sobre o volume de recursos que ficará indisponível para cada ministério devem ser publicados no *Diário Oficial da União* até segunda-feira. Antes de bater o martelo sobre a contingência orçamentária, Bolsonaro quer ouvir os ministros. A restrição financeira foi a saída encontrada para que o governo não estoure o teto de gastos. PÁGINA 4

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Uma aula de cordel

Estudantes da EC 15 de Ceilândia Sul conheceram a cultura do Nordeste no projeto A Arte do Cordel. Três mil alunos já fizeram as oficinas. PÁGINA 18

Severino Francisco

Em "entrevista mediúnica", Gandhi manda recados para os brasileiros. PÁGINA 14

Jane Godoy

Um casamento brasileiro na bela e tradicional Évora, em Portugal. PÁGINA 16

A volta das guitarras

Bandas de rock da capital retomam shows presenciais. PÁGINA 22

Minervino Júnior/CB/D.A Press

O paraíso dos nerds

Sesc do Gama tem ampla programação, hoje, para encerrar a Semana do Orgulho Geek. São palestras, games, HQs e até uma volta ao passado com carrinhos de rolimã. PÁGINA 17

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Pelo mínimo de dignidade

A pobreza menstrual afeta cerca de 11 milhões de brasileiras. No DF, iniciativas como a dos fotógrafos Moema e Cláudio, que oferecem um ensaio para quem doar absorventes, buscam mudar essa realidade. PÁGINA 16

Covid

Alerta com alta na taxa de transmissão

Índice registrado ontem foi de 1,44. Número de casos da doença cresce no DF. PÁGINA 13

Golpe

Falso leilão roubou mais de R$ 500 mil

Polícia do DF prende 13 pessoas por enganar compradores de carros em site. PÁGINA 14

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Uma safra de R$ 330 bilhões

Falta pouco para garantir a verba do biênio 2022/2023, diz, ao *CB.Poder*, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Soria Bastos Filho. PÁGINA 8

Ana Maria Campos

Condenação no TJDFT põe em risco candidatura de Izalci ao GDF. PÁGINA 15

Denise Rothenburg

Risco de faltar diesel vira a nova dor de cabeça do governo. PÁGINA 4

Silvio Queiroz

Cúpula das Américas pode quebrar o gelo entre Biden e Bolsonaro. PÁGINA 9

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846
DIÁRIOS ASSOCIADOS
VerCapas.com.br

MME / ASCOM .